

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.944 - PE  
(2019/0248544-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE : CIDADE ALTA PROJETO IMOBILIARIO LTDA**  
**ADVOGADOS : OLÍMPIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO - PE015218**  
**ALLAN DANTAS TITO ROSA - PE033569**  
**EMBARGADO : JOAO VITOR MEDEIROS**  
**EMBARGADO : CLAUDIA SILVA DE BARROS MEDEIROS**  
**ADVOGADO : JOSE LIVONILSON DE SIQUEIRA - PE022443**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por CIDADE ALTA PROJETO IMOBILIÁRIO LTDA. à decisão proferida por este signatário, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 360):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211 DO STJ. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO SUSCITADA. INVIABILIDADE DE PREQUESTIONAMENTO FICTO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Sustenta a parte embargante ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando omissão no julgado, ao argumento de que não foram analisados todos os pontos trazidos no recurso especial que propiciariam seu provimento.

Sem impugnação, conforme certificado às fls. 382-383 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Não há nenhuma omissão ou contradição a ser sanada, portanto inexistentes os requisitos para cabimento dos presentes embargos declaratórios, nos termos do art. 1.022 do novo CPC.

A decisão monocrática embargada dirimiu a questão com base em fundamentação sólida, sem omissões ou contradições. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, o que de fato ocorre nos autos. O *decisum* embargado esclareceu a controvérsia, apontando fundamentação consistente, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas apresentou fundamentos diferentes dos pretendidos pela parte.

Dito isso, cabe rememorar que a ora embargante, em desfavor do acórdão proferido pelo TJPE, interpôs recurso especial (fls. 255-264, e-STJ), o qual não foi admitido (fls. 306-307, e-STJ), ensejando o manejo do agravo em recurso especial (fls. 310-319, e-STJ), do qual se conheceu para não conhecer do recurso especial.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou a legalidade da rescisão contratual efetuada, bem como a possibilidade de retenção do sinal pago pelos consumidores, tendo em vista a novação do contrato de compra e venda, com a aceitação do novo valor do imóvel, decorrente do atraso na obtenção do financiamento do valor residual do imóvel adquirido.

Na decisão embargada, reconheceu-se: a) a falta de prequestionamento dos artigos de lei tidos por vulnerados, aplicando-se a Súmula 211/STJ, bem como a impossibilidade de considerar o prequestionamento ficto dos referidos artigos, em razão da falta de alegação do art. 1.022 nas razões do recurso especial; b) aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais; e c) incidência da Súmula 283/STF, por falta de impugnação a fundamentos do acórdão recorrido.

Desse modo, ainda que a solução tenha sido contrária à pretensão da ora insurgente, não se pode negar ter havido efetivo enfrentamento e resposta aos pontos controvertidos.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso. 2. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1022 do CPC. 3. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015 é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AREsp 909.718/MT, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/2/2017, DJe 20/2/2017)

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/15. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1022 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou correção de erro material. 2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso. 3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 84.239/AC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 24/2/2017).

Dessa forma, a decisão embargada não possui vício a ser sanado por meio dos embargos de declaração, apenas se constata o nítido caráter modificativo pretendido pela parte embargante, medida inadmissível nesta espécie recursal.

Evidente, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivada e fundamentada a decisão, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator